

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.143/2025

Processo Licitatório nº: 01.624/2025

Processo de Impugnação nº: 44.089/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR, ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS, para atender a Secretaria de Educação do Município de Nova Friburgo, pelo período de 01 (um) ano.

IMPUGNANTE: MULTI QUADROS E VIDROS LTDA.

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa **MULTI QUADROS E VIDROS LTDA, CNPJ 03.961.467/0001-96**, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.143/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 632/2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

A impugnante, alegando que os preços de referência dos itens 33 e 34 estão muito abaixo do praticado no mercado, tornando-os inexequíveis. Segundo a empresa, os valores estimados não cobrem sequer os custos básicos de produção (matéria-prima, frete, impostos e demais encargos).

Alega que a pesquisa de preços utilizada para formar o orçamento é inadequada, não representando fornecedores reais do setor, o que comprometeria a competitividade e poderia atrair empresas incapazes de executar o objeto, gerando risco de futura inexecução.

Cita fundamentos legais da Lei nº 14.133/2021, normas do TCU e doutrina (Marçal Justen Filho, Hely Lopes Meirelles, Jesse Torres), destacando que a Administração deve evitar preços inexequíveis e garantir que o preço de referência seja justo e condizente com o mercado.

A empresa sustenta que o valor estabelecido caracteriza vício insanável, tornando o edital eivado de irregularidade, por comprometer a busca pela proposta mais vantajosa e a isonomia entre licitantes.

III. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

Por conseguinte, pleiteia:

- I) O acolhimento da impugnação.
- II) Realização de nova pesquisa de preços com fornecedores especializados.
- III) Caso indeferido, apresentação dos estudos técnicos que justificaram os preços referenciais.
- IV) Republicação do edital, com reabertura de prazos.
- V) Encaminhamento à autoridade superior, se houver indeferimento, para ciência e manifestação.

A empresa conclui destacando que a Administração não está obrigada a adquirir produtos de procedência duvidosa e espera decisão favorável.

IV. DA ANÁLISE TÉCNICA

Ante o exposto, foram encaminhadas as razões da impugnante ao setor responsável pela elaboração do edital e ao setor requisitante, para emissão de análise técnica destinada a subsidiar a decisão desta pregoeira, os quais informaram que:

- I) A pesquisa de preços que subsidiou o edital foi realizada de acordo com a Lei nº 14.133/2021, utilizando sistemas oficiais como Banco de Preços, Painel de Preços e PNCP, além de consultas complementares a fornecedores do segmento;
- II) Os valores estimados foram apurados com critérios técnicos padronizados, priorizando licitações ocorridas nos últimos 180 dias e, na inexistência de registros suficientes, ampliando-se a pesquisa para até 12 meses anteriores, com atualização pelo IPCA, conforme Decreto Municipal nº 2.007/2023; Certidão de Regularidade Técnica (CRT): não há exigência no edital; alegação da impugnação é improcedente.
- III) Foram considerados critérios geográficos adequados, priorizando a Região Sudeste e ampliando-se o escopo somente quando necessário, garantindo representatividade da prática de mercado;
- IV) Os critérios de cálculo – mediana ou média das propostas finais – foram aplicados de forma técnica e coerente, assegurando fidedignidade ao valor estimado e observância aos princípios da economicidade e eficiência;
- V) A última contratação municipal do item, realizada pelo valor de R\$ 800,00, foi integralmente executada pela empresa vencedora, demonstrando a exequibilidade do objeto e confirmando a compatibilidade do valor estimado de R\$ 1.450,00 com a realidade de mercado;

Diante da regularidade dos procedimentos adotados e da consistência das pesquisas realizadas, não há vício no valor estimado nem fundamento técnico que sustente alegação de inexecuibilidade.

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no artigo 16º, parágrafo §1º, da IN SEGES/ME nº 073/2022, subsidiado pela análise técnica da unidade requisitante, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **MULTI QUADROS E VIDROS LTDA** em referência ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.143/2025, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo integralmente as disposições editalícias.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato <https://www.gov.br/compras>.

Nova Friburgo, 01 de dezembro de 2025.

FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES

Pregoeira da Comissão Permanente de Pregão IIII

Matricula: 468.036